

A AGRICULTURA CAMPONESA-FAMILIAR NO ASSENTAMENTO PACO-PACO EM PIRAPORA - MINAS GERAIS¹

Jaqueline Aparecida Gonçalves Machado²

Resumo

O trabalho apresentado é resultado de uma pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2017 que teve como objetivo analisar a Agricultura Camponesa-Familiar no Assentamento Paco- Paco, localizado as margens da Br 365, Km 147, no município de Pirapora, mesorregião de Minas Gerais, fazendo um relato desde o processo de luta pela terra até a sua atual configuração produtiva e comercialização, bem como a realidade atual dos Camponeses, cuja base familiar demonstra a comprovação do campesinato neste espaço, a margem direita do Rio São Francisco. Por meio de entrevistas abertas com os assentados, podemos comprovar a participação ativa dos mesmo desde o processo de ocupação até os dias atuais e a participação de políticas públicas voltadas para a valorização da agricultura familiar. O modo de vida dos camponeses é caracterizada através da produção familiar. A realização desse trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica, coleta de dados secundários e a pesquisa de campo.

Palavras- Chave: Agricultura Camponesa-Familiar, Assentamento Paco-Paco, Pirapora-MG.

Introdução

O avanço do capitalismo no campo ocasionou o aumento dessas desigualdades, causando diversas mudanças na forma de produção dos pequenos produtores, aumentando o uso de maquinários e agrotóxicos inseridos com intensidade na produção dos grandes latifúndios.

A concentração de grandes latifúndios em poucas mãos, enquanto uma grande parte tem acesso a pequenas áreas ou nenhuma, fazem surgir mobilizações que lutam pela justa redistribuição de terras para todos aqueles que não tem acesso a oportunidades de uma vida estável.

¹ Trabalho vinculado à pesquisa: “Atlas da questão agrária no Norte de Minas Gerais” realizado no âmbito do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros, com apoio da FAPEMIG.

² Graduada em Geografia - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Bolsista Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Unimontes – BIC/CAMPI. Integrante do NEPRA – Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários – UNIMONTES. E-mail: jaquelinemachadogeografia@gmail.com

Diversos movimentos surgem contrapondo a política de questão agrária estabelecida pelos governantes do país, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) é um dos principais movimentos que tem como foco as questões do trabalhador no campo, principalmente na luta pela reforma agrária.

Os movimentos como o MST, aos realizarem uma ocupação, tem como ideia principal a conquista da terra ocupada e a divisão entre os trabalhadores que compõe o grupo. Esse ato é uma forma de fazer pressão para que seja dada a devida atenção para as questões da injustiça social e a concentração de terras ociosas, que não colaboram com sua função social no país.

Quando é realizada uma ocupação de uma área, cabe ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fazer a vistoria e verificar se a terra é de fato improdutiva e então, realizar a desapropriação em favor dos ocupantes, dividindo-a em lotes e legalizando a posse para os mesmos.

Após a conquista da terra, os assentados necessitam de apoio do Estado no oferecimento de crédito, assistência técnica e infra-estrutura básica para assim poderem estabelecer suas vidas, começar a plantar e conquistarem suas independências econômicas. Conforme Machado (2017,p.13)

A questão agrária em Minas Gerais e no norte do estado ocorre num processo similar ao restante do país, por conter traços característicos da desigualdade ocasionada através da presença do capitalismo no campo através de monoculturas e acúmulo de grandes latifúndios nas mãos de uma pequena parcela da sociedade.

A luta dos trabalhadores sem-terra no norte de Minas Gerais também se fez intensa devido as transformações no meio rural, gerando inúmeros assentamentos, no qual seus integrantes tentam estabelecer um modo de vida digno. Por isso, esta pesquisa justifica-se com a intenção de compreender o processo de formação do Assentamento Paco-Paco e a dinâmica socioeconômica dos assentados.

Deferindo desta realidade, o Assentamento Paco- Paco é um exemplo de resistência, sendo este advindo de lutas sociais pela posse da terra. Portela e Fernandes (2005, p.49) defendem o assentamento como uma forma de redução da pobreza no Brasil:

Os assentamentos são as melhores provas de que a reforma agrária é necessária, que por meio dela é possível mudar a realidade e a miséria existente no Brasil. A reforma

agrária não é a única condição, mas é uma das principais políticas para acabar com a fome e pobreza no país em que vivemos.

Para conhecer mais sobre a luta, o modo de vida dos camponeses e o uso das terras por eles, foram feitas visitas aos lotes e entrevistas abertas com quatro famílias, as quais relataram fatos relacionados desde a ocupação ao estágio atual em que se encontra o assentamento.

De acordo com Marques (2008), o campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

Em face a comprovação da improdutividade os assentados fizeram divisões simbólicas entre eles até o INCRA fazer a divisão simbólica dos lotes. A liberação oficial das terras e do crédito durou em média dois anos, durante esse tempo os assentados faziam pequenos cultivos de sequeiro.

Atualmente o modo de vida dos assentados do Paco- Paco se configura através do trabalho familiar, onde os mesmos cultivam para a comercialização e para o sustento. Os assentados possuem como fonte de renda além do trabalho na terra, trabalhos assalariados, aposentadorias, além da agroindústria Sabores Paco- Paco que é desenvolvido por algumas mulheres do Assentamento que produzem pães, bolos, biscoitos, esses produtos são comercializados na feira de Pirapora, em escolas por meio de licitações e também são feitos por encomendas.

Essas famílias têm em seu trabalho uma forma de retirar maior parte dos produtos consumidos por eles, não dependendo unicamente da comercialização de sua produção para garantir meios de vida, mas também o autoconsumo.

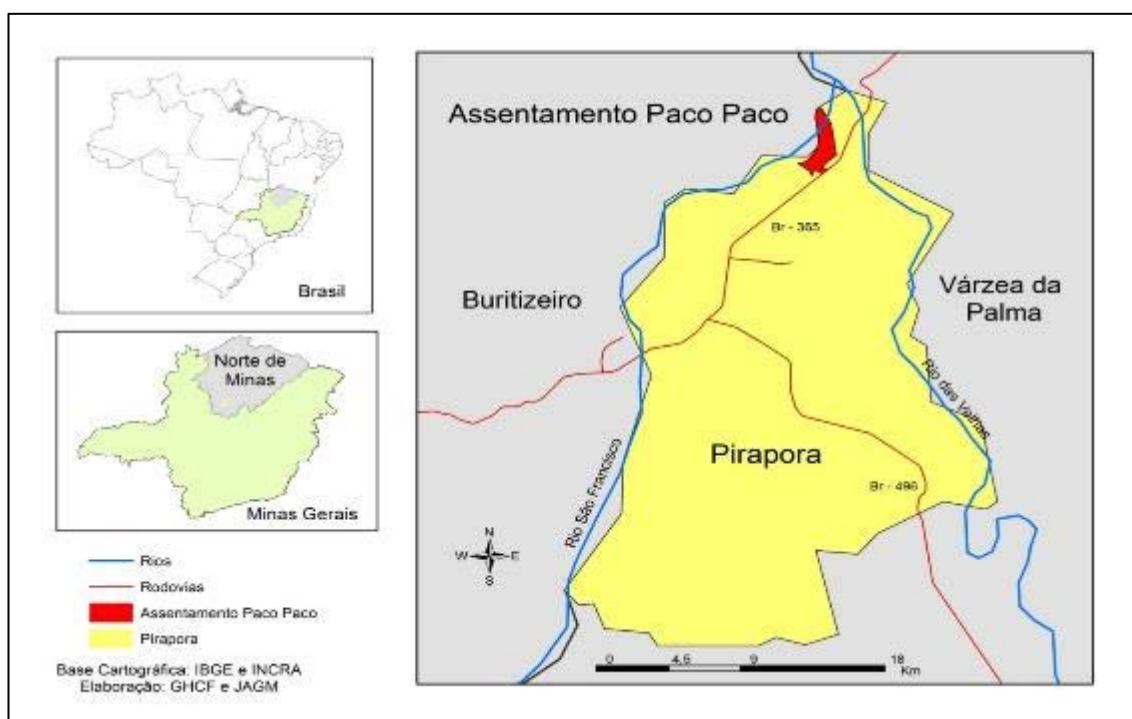
Os assentados são organizados através da Associação do Projeto Assentamento Paco- Paco, bem como a afiliação ao Sindicato dos trabalhadores rurais de Pirapora/MG.

O assentamento Paco-Paco localiza-se na cidade de Pirapora- MG no á 13 km da sede do município, seguindo pela Br 365, Km 147. Segundo Gonçalves, Silva, Mendonça e Castro (2010, p.05), “O município está inserido entre as coordenadas 17°21’55” latitude Sul e 44° 56’ 59” longitude Oeste, na região Norte do estado de Minas Gerais” O Assentamento possui

área total de 447,94 hectares.

De acordo com Machado, Augusto e Brito (2016, p.04) “O município em 5 anos teve um acréscimo de 2.861 habitantes, em média um incremento de 572,2 habitantes a mais por ano”. Esse crescimento se deve em parte pelas oportunidades existentes no município, especificamente na área de agricultura irrigada.

Toda parte Oeste é banhada pelo Rio São Francisco, fator decisivo para a produtividade do desenvolvimento das atividades agrícolas, onde suas águas são utilizadas para irrigação dos cultivos agrícolas, dessedentação de animais e consumo humano (Mapa 1).



Mapa 1: Localização do Assentamento Paco-Paco em Pirapora- MG.

Fonte: IBGE e INCRA. Elab.: FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini e MACHADO, Jaqueline Aparecida Gonçalves.

Aspectos históricos do assentamento Paco-Paco

Não podemos deixar de lembrar a importância dos movimentos de luta pela terra no Brasil, como uma forma de apresentar àqueles que não conhecem a história sócio- econômica

e cultural do país, ou a conhecem apenas pelos olhos da elite brasileira, existe outro lado da história, do ponto de vista da maioria dos meios de comunicação a luta pela terra é coisa de “vagabundos” por esse motivo costumam utilizar o termo “invasão” ao se referirem as ocupações por terras, é apenas mais uma tentativa de manipular as opiniões da população.

Por isso é preciso unir forças juntos aos diversos movimentos sociais que estão em busca de apresentar o que não é dito nem mostrado sobre o Brasil, que ainda escraviza o homem no campo e na cidade, não visível por quem tem olhares apenas para o consumo e o próximo é visto apenas como um objeto de lucro, troca ou moeda

A luta não se reduz a terra, ela é também pela qualidade de vida e distribuição de renda, nesse sentido, as cooperativas agrícolas que já são bem significantes da região desenvolvem um importante trabalho junto aos agricultores camponeses.

Para se entender esse processo, é preciso reconhecer que o Estado através dos seus governantes não é o único e principal ator dos surgimentos dos Projetos de Assentamentos (PAs), pelo contrário, é o conjunto de organizações e instituições cívicas organizadas em movimentos sociais que pressionam o governo para o surgimento dos PAs. São as ações de luta pela terra organizadas por trabalhadores sem-terra que reivindicam a desapropriação de fazendas e áreas rurais que não cumprem com a função social exigida pela Constituição Federal de 1988.

O histórico do assentamento Paco-Paco

A ideia do acampamento teve início a partir da iniciativa de integrantes da Associação dos Trabalhadores Sem-Terra de Pirapora, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro. A proposta de acampamento surgiu no dia 12 de fevereiro de 1998 as 23 horas e 40 minutos e contava com a participação de 71 famílias que tinham como principal objetivo alavancar o progresso no campo. No dia 13 de fevereiro de 1998, organizados pelo Senhor Renato Silva Ferreira, as 71 famílias ocuparam o interior da fazenda Paco- Paco, onde permaneceram por 3 meses.

Durante o período de ocupação, algumas reuniões foram realizadas para tratar de assuntos de interesse dos ocupantes, essas reuniões eram realizadas no espaço construído pelo antigo dono e até hoje é utilizado para eventuais reuniões e todas as atividades feitas em comunidade

Após um mandato expedido pelo Juiz, grupo foi retirado do interior da fazenda e o proprietário Paulo Sérgio Xavier da Costa recebeu o parecer para a reintegração de posse. Porém permaneceram do lado de fora da fazenda, às margens da Br 365, morando em barracas de lona por 09 meses, com o longo tempo de espera, alguns integrantes abandonaram a luta, restando apenas 62 famílias

Após um longo período de espera, o INCRA realizou a primeira vistoria a fazenda e deu um parecer final de que a fazenda se tratava de uma propriedade improdutiva e que as terras seriam destinadas a reforma agrária.

Com isso as famílias que permaneceram no acampamento entraram novamente para a fazenda, fazendo entre eles uma divisão simbólica das terras provisoriamente, nesse período de espera, novamente outras famílias abandonaram o movimento, o grupo passou de 62 famílias para 42 famílias, esses que permaneceram fizeram pequenas casas de lona e alvenaria e fizeram pequenos plantios de sequeiro.

Algum tempo depois o INCRA encaminhou um agrimensor destinado a fazer a divisão exatas das terras, o objetivo inicial era dividir a fazenda em apenas lotes, logo faria uma análise de cada família para então selecionar o grupo que seria assentado, pois, 22 famílias ficariam da contemplação de terras. Porém, de acordo com Ferreira e Machado (2017 p. 25):

A intenção era dividir a fazenda em apenas vinte lotes deixando assim 22 famílias de fora da almejada reforma agrária; porém, o idealizador do grupo sugeriu que todos que permaneceram durante toda a ocupação participassem da divisão e como as terras seriam destinadas à fruticultura, os lotes poderiam ser menores com uma média de oito hectares para cada família. A sugestão do líder do movimento foi aceita e, assim, a fazenda foi dividida em 42 lotes.

A legitimação do assentamento ocorreu no ano de 2000 e por iniciativa dos trabalhadores foi realizado um sorteio para a distribuição dos lotes no dia 01 de fevereiro de 2000, e em 29 de Outubro do mesmo ano os camponeses fundaram uma associação comunitária e foi chamada de Associação do Projeto Assentamento Paco- Paco e os trabalhadores já assentados assinaram o contrato de assentamento tornando associados e contribuindo com uma taxa mensal para manter as despesas da Associação, eles também passaram a receber apoio fomento, alimentação e crédito habitação, com o auxílio desse crédito as 42casas padronizadas foram construídas em todos os lotes e instalação elétrica que foi adquirida com recursos financeiros no INCRA no ano de 2000.

O processo de assentamento durou em média 2 anos e após a obtenção do Contrato de Concessão de Uso (CCU) os camponeses começaram a fazer a utilização da terra.

A partir daí os assentados passaram a receber apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gérias (EMATER-MG) para a capacitação do plantio das culturas: tomate, pimentão, abóbora, melancia e quiabo inicialmente, a prefeitura Municipal de Pirapora solicitou então os trabalhos do Serviço Autônomo de Agua e Esgoto (SAAE) para equipar o poço tubular existente no assentamento e a Companhia de Minas Gerais (CEMIG) e fez a instalação da rede elétrica em todos os lotes.

O uso da terra pelos camponeses do Paco-Paco

Com a legalização do assentamento Paco- Paco no ano de 2000, os camponeses começaram a cultivar alimentos para consumo e comercialização do excedente, inicialmente esses produtos eram vendidos na feira municipal de Pirapora e alguns sacolões locais, eram plantados apenas as culturas de ciclo rápido e sequeiro, tais como: abóbora, maxixe, tomate, pimentão, melancia, milho entre outros. Esse tipo de plantio se tornava única alternativa pois, na época poucos camponeses tinham acesso a equipamentos de irrigação e os que tinham eram feitos por meio de motores a diesel.

Os apoios financeiros que o campesinato recebeu, destinado custeio das safras, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou para a

construção de casas, proporcionou o aumento de produções oferecidas pelo assentamento, acesso de todos à equipamentos de irrigação elétrica, geração de renda e conseqüentemente uma maior comercialização dos alimentos.

O uso da terra pelos camponeses no assentamento Paco- Paco hoje é bastante alternativo e disponibiliza uma variedade de produtos, cultivo de frutas, verduras, legumes, pecuária, fabricação de doces e bolos na agroindústria Sabores Paco-Paco.

A realidade atual do assentamento Paco-Paco

Com o passar dos anos o PA Paco- Paco cresceu e se desenvolveu, hoje o campesinato é organizado por meio de uma Associação, que é chamada de Associação do Projeto Assentamento Paco- Paco, e é mantida pelos próprios moradores filiados a mesma, onde eles pagam uma taxa mensal de 9(nove) reais para suprir as necessidades dessa Associação, ela é representada por um presidente que juntamente com sua chapa fica responsável por organizar e resolver todos os assuntos de interesse da comunidade e a cada 02 anos os moradores associados elegem uma nova diretoria que os representará durante esses anos.

Todos os assuntos de interesse da comunidade são resolvidos através de reuniões que acontecem nas dependências da escola, que também é a sede da Associação Projeto Assentamento Paco- Paco (figura 01)



Figura 01: Reunião da Associação do P.A Paco- Paco para resolver assuntos de interesses da comunidade
Fonte: MACHADO, Jaqueline Aparecida Gonçalves (2017)

O Assentamento Paco- Paco possui hoje um total de 63 famílias que possuem residência fixa nos 42 lotes, isso acontece porque os filhos e familiares dos assentados permanecem no campo devido o acesso à terra e a proximidade com a família.

A agropecuária no assentamento

Durante a pesquisa, por meio de entrevistas, foi feito o levantamento de todas as atividades de agricultura e pecuária desenvolvidas no assentamento, especificando quantos lotes produziam e disposto em uma tabela (tabela 01) e seus resultados apresentados em um gráfico (gráfico 01).

Culturas produzidas no Assentamento Paco-Paco	Quantos lotes produzem
Banana	18
Uva	12
Abóbora	12
Hortaliças	12
Coco	5
Mamão	5
Mandioca	6
Pecuária	4
Goiaba	2
Limão	2
Manga	2
Melancia	2
Berinjela	1
Caxixe	1
Feijão	1
Graviola	1
Laranja	1
Maracujá	1
Maxixe	2
Milho	1
Pimenta	1
Quiabo	1
Tomate	1

Tabela 01: Tabela de culturas produzidas no Assentamento Paco-Paco.

Fonte: MACHADO, Jaqueline Aparecida Gonçalves (2017)

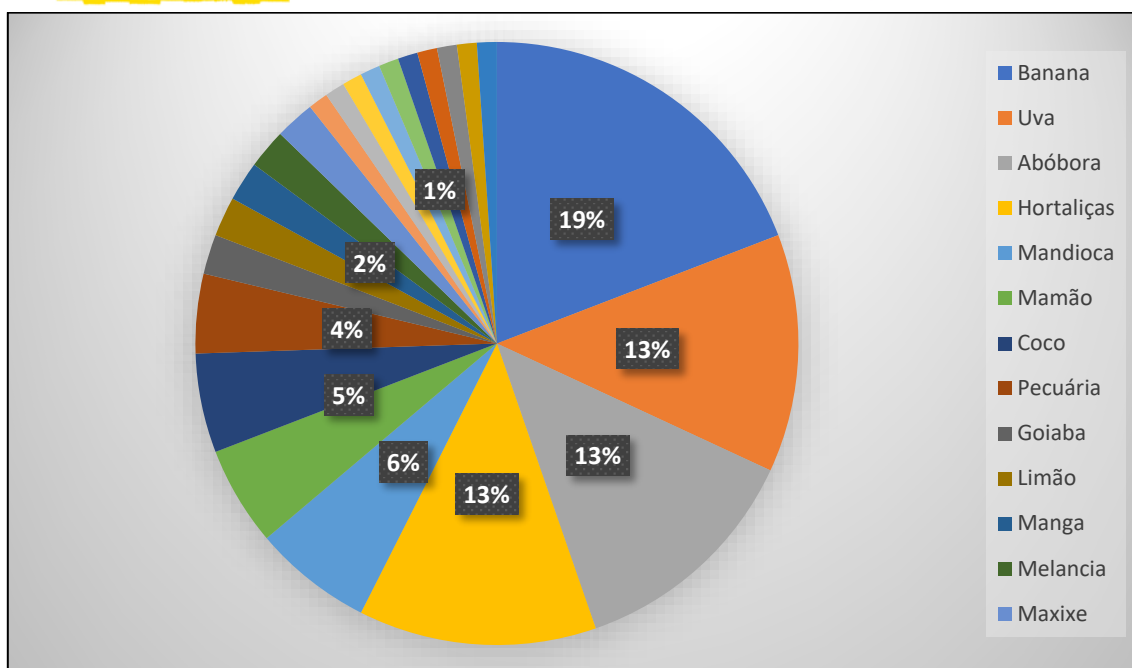


Gráfico 01: Produção no Assentamento Paco- Paco
 Fonte: MACHADO, Jaqueline Aparecida Gonçalves (2017)

A pecuária está presente no assentamento, esse gado é destinado a produção de leite para o consumo humano, esses rebanhos são em pequena proporção o leite retirado é usado para o consumo familiar, a comercialização dentro do próprio assentamento e em algumas ocasiões a fabricação de derivados.

A partir dessa pesquisa de campo, pode se constatar que atualmente 38 lotes estão em atividades e a principal finalidade destas produções é a comercialização, enquanto os outros 4 (quatro) lotes se mantêm de renda oriundas de atividades desenvolvidas na cidade, tendo o assentamento apenas como moradia e determinada produção “para o gasto”.

A pecuária também está presente no assentamento, mas em quantidade bastante pequena, esse gado é destinado a produção de leite para o consumo humano, esses rebanhos não são em grande proporção e seu leite é usado para o consumo familiar, a comercialização dentro do próprio assentamento e em algumas ocasiões a fabricação de derivados.

Ao analisar os resultados através da tabela e gráfico, é possível observar que o cultivo da banana (figura 02) é hoje o mais adotado pelos camponeses, com um total de 18 lotes exercendo essa atividade. Segundo um agricultor assentado isso acontece devido a facilidade de comercialização, por estarem as margens do Rio São Francisco (figura 03), o acesso à

energia elétrica, a irrigação desta e de muitas outras culturas se torna mais acessível, e também por obter um retorno financeiro mais satisfatório que as plantas de sequeiro.



Figura 02: Plantio de Banana Prata no Paco- Paco

Fonte: MACHADO, Jaqueline Aparecida Gonçalves (2017)



Figura 03: Rio São Francisco ao fundo do Assentamento Paco- Paco

Fonte: MACHADO, Jaqueline Aparecida Gonçalves, 2017

Assim como a banana, outros cultivos têm ganhado a preferência de alguns, como uma forma de renda “fixa”, é o caso dos plantios de uvas (figura 04) que possui seu ciclo produtivo mas não precisa ser replantada, esse tipo de plantio é chamado de cultura perene.³



Figura 04: Plantio de Uva no Paco-Paco

Fonte: MACHADO. Jaqueline Aparecida Gonçalves, 2017

As culturas de ciclo rápido⁴ continuam sendo opção de renda para o agricultor, em épocas específicas do ano, como é o caso da abóbora (figura 05) que juntamente com a uva e hortaliças ocupam a segunda maior quantidade de plantios, com 12 lotes produzindo.

³ Plantas perenes são aquelas que permanecem no campo por vários anos sem a necessidade de ser replantada.

⁴ As culturas de ciclo rápido são aquelas que concluem seu ciclo produtivo em um ano ou em até menos tempo. Por esse motivo, essas culturas também são chamadas de culturas de ciclo anual. Após a colheita, há a necessidade de se realizar o plantio novamente.



Figura 05: Agricultores trabalhando no plantio de abóbora

Fonte: MACHADO, Jaqueline Aparecida Gonçalves, 2017

A produção de abóboras também é uma opção significativa para o autoconsumo e comercialização, conforme verificou-se na produção.

Participação do crédito rural e políticas públicas

Após o processo de assentamento, os assentados receberam apoio financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destinado à geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos no assentamento. De acordo com Ferreira e Machado (2017, p.08) “Até hoje os assentados contam com financiamentos destinados as plantações e compras de equipamentos que irão auxiliar nas produções e transportes da produção”.

São beneficiários do PRONAF os agricultores e produtores rurais que comprovem seu enquadramento no programa através da Declaração de Aptidão ao Pronaf- DAP ativa entre os grupos A, B e V, também os pescadores artesanais, com fins comerciais, exercendo essa atividade como autônomo ou em parceria com outros pescadores igualmente artesanais, silvicultores que se dediquem aos cultivo de florestas nativas e que promovam um manejo

sustentável desses ambientes, extrativistas artesanais, comunidades quilombolas rurais; povos indígenas, demais povos e comunidades tradicionais.

Os camponeses utilizam o PRONAF para produções, compra de equipamentos, o destino desse crédito é comprovado através de notas, comprovantes e projetos elaborados destinados a produção familiar.

No Paco- Paco o Pronaf estimula a geração de renda e a melhora do uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos no campesinato.

As políticas públicas exercem um importante papel para o crescimento e desenvolvimento do campesinato, é o caso da EMATER- Pirapora que dá assistência técnica e elabora projetos de diversos interesses para os assentados.

O campesinato conta também com o apoio da Prefeitura Municipal de Pirapora- MG e suas secretarias de apoio a agricultura familiar, criando programas municipais de comercialização e valorização do trabalho familiar, encaminhando médicos ao assentamento para consultas, saúde da mulher rural, assistência às famílias e apoio a agroindústria Sabores Paco-Paco.

Recebem também assistência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pirapora que os representam perante as causas de interesse da comunidade do Assentamento Paco- Paco, idealiza e executa projetos em favor dos camponeses.

A comercialização das produções

De acordo com os assentados entrevistados, a dificuldade em relação a comercialização do que produzem vem diminuindo com o passar dos anos, os programas e projetos ajudam bastante nas vendas, assim como as vendas diretas e indiretas.

Os camponeses têm acesso hoje aos programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

O PNAE, que é um programa financiado com recursos do tesouro Nacional, onde a escola participante do programa, tanto do município de Pirapora ou do Estado elabora uma planilha de produtos que necessita, quantidade e preços que pagará, a partir dessa tabela o

agricultor juntamente com a EMATER elabora um projeto com base nos produtos e preços de seu interesse, encaminha para a referida escola, que por meio dos requisitos do programa escolherá o(s) o produtor(es) que fornecerá(ão) esses alimentos.

O PAA é uma ação do governo Federal que tem o intuito de erradicar a fome e pobreza no Brasil e ao mesmo tempo fortalecer a Agricultura Familiar. O governo adquire parte dos produtos da Agricultura familiar e são distribuídos para entidades socioassistenciais.

Os Produtores do Paco- Paco recebem uma cota de valor semelhante para todos que possuem DAP, com valores de produtos, assim o mesmo escolhe os produtos que ele disponibilizará para o PAA, com quantidade que alcance o valor da cota recebida. O recebimento dos produtos acontece a cada 15 dias após os projetos aprovados e são reunidos nas dependências de feira Municipal de Pirapora, (figura 06) onde a Prefeitura Municipal de Pirapora encaminha um caminhão para receber os produtos e leva para as instituições que os utilizarão, que são a Fundação Hospitalar Moises Magalhães Freire, Escola Municipal Dona Cândida, Escola Municipal Doutor Otavio Vieira Machado e Escola Municipal Maria Coeli Ribas, todas no município de Pirapora.



Figura 06: Entrega quinzenal dos produtos para o programa PAA

Fonte: MACHADO. Jaqueline Aparecida Gonçalves (2017)

Os produtos também são vendidos de forma direta, no Mercado Municipal de Pirapora aos sábados e nas feiras livres de Pirapora e Buritizeiro aos domingos. Porém, a venda indireta acaba tendo maior preferência, essa por sua vez acontece de diversos modos, no comércio local (sacolões, supermercados, quitandas e restaurantes), também para outras regiões do País, Ceasa de Belo Horizonte, Ceasa de Uberlândia, Ceasa São Paulo e Ceanorte em Montes Claros, Minas Gerais.

Essas vendas indiretas são feitas na maioria das vezes por atravessadores⁵, que compram os produtos no Assentamento em determinada quantidade e revendem com um valor maior que o comprado.

Considerações Finais

A partir do conhecimento da questão agrária no Brasil e em Minas Gerais. Foi possível constatar que a reforma agrária luta contra um processo histórico de concentração fundiária que privilegia uma pequena parcela da sociedade. Por isso movimentos como MST vem travando uma intensa luta pela validação dos direitos daqueles que não tem terra para trabalhar, tão pouco vez na sociedade capitalista, levando em consideração que a concentração fundiária depende muito mais de vontade política, já que o país possui muitas extensões de terras mantidas em poder de alguns, aumentando a riqueza desses poucos e aumentando a pobreza na maioria da população.

Com base nos dados levantados, pode-se concluir que o Assentamento Paco-Paco é um exemplo de luta e resistência a essa desigualdade, os camponeses participam ativamente da sua configuração atual, e continuam recriando estratégias para a permanência no Assentamento.

A agricultura camponesa-familiar presente no Paco-Paco está contribuindo para o crescimento do município de Pirapora e valorização da produção familiar local, favorecendo a economia regional e evitando o êxodo rural, dando condições das famílias permanecerem no campo.

A luta pela posse de terra esteve sempre baseada no trabalho familiar e que com o apoio das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, INCRA,

⁵ O Atravessador é o trabalhador que ou o que exerce suas atividades colocando-se entre o produtor e o comerciante varejista, chamado também de negociante; intermediário.

EMATER, Prefeitura Municipal de Pirapora-MG e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro e Pirapora, o assentamento obteve diversas oportunidades de surgimento e crescimento ao longo dos anos.

Com base nos dados coletados e analisados, pode-se afirmar que, os apoios dos programas governamentais são de grande importância para o desenvolvimento do assentamento, e que apesar das dificuldades encontradas pelos camponeses ao longo desses anos, todos os entrevistados se dizem satisfeitos com a posse da terra e as oportunidades a eles ofertadas.

Referências Bibliográficas

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini; MACHADO, Jaqueline Aparecida Gonçalves. A territorialização camponesa no Assentamento Paco-Paco em Pirapora- MG. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 6, n. 10, p. 18-38, jul. 2017. Disponível em: <<http://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/3543>>. Acesso em: 01 set. 2017.

GONÇALVES, Silky. P. P. S; SILVA. Susy. A. P; MENDONÇA, Daniella. S; CASTRO, Kênia, R. F. Assentamento Paco-Paco: luta pela terra. In: **Anais do Colóquio Cidade e Região: Dinâmicas dos espaços urbanos e rurais**. Unimontes: 2010. p. 1-10.

MACHADO, Marcelo. G; AUGUSTO, Helder dos. A; BRITO, Giliarde de S. Produção de alimentos e emancipação feminina: uma experiência de um grupo de mulheres na agricultura familiar In: **Anais do VI Simpósio Internacional SITRE: Trabalho, relações de trabalho, educação e identidade**. UFMG: 2016. p.1-16.

MACHADO, Jaqueline Aparecida Gonçalves. Da luta pela terra à territorialização camponesa no assentamento Paco-Paco em Pirapora-MG. Pirapora: Unimontes, 2017.

MARQUES, Marta. I. M: A atualidade do uso conceito de camponês. **Revista Nera**, ano 11, n. 12 – janeiro/junho de 2008.

PORTELA, Fernando; FERNANDES, Bernardo.M. **Reforma Agrária**. 13º Ed. – São Paulo: Ática, 2005.